



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 720, DE 22 DE JUNHO DE 2017.

Remove, a pedido singular, a partir de 1º de agosto de 2017, a Promotora de Justiça **THAIS FREIRE DA COSTA FLORES** da 3ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Samambaia para a 6ª Promotoria de Justiça Infracional da Infância e da Juventude.

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM EXERCÍCIO**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 75/93 e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 217, de 30 de maio de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO o disposto no art. 78 da Resolução n.º 205, de 25 de setembro de 2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que dispõe que a lotação decorrente dos resultados dos Avisos de Remoção será efetivada a partir do dia 1º de agosto, para os avisos publicados entre fevereiro e julho;

CONSIDERANDO o resultado do Aviso de Remoção Global de Promotoria n.º 01, de 29 de maio de 2017 (PA n.º 08191.055712/2017-24),

RESOLVE:

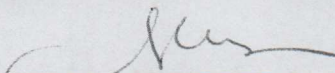
Art. 1º Remover, a pedido singular, a partir de 1º de agosto de 2017, a Promotora de Justiça **THAIS FREIRE DA COSTA FLORES** da 3ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Samambaia para a 6ª Promotoria de Justiça Infracional da Infância e da Juventude, sem prejuízo da designação constante da Portaria n.º 1258 de 20/12/16.

Art. 2º A Promotora de Justiça ficará responsável pelos feitos judiciais recebidos e extrajudiciais conclusos:

I - no ofício de origem, até o penúltimo dia útil que anteceder a efetivação da remoção;

II - no ofício de destino no último dia útil que anteceder a efetivação da remoção.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


SELMA SAUERBRONN

Alcine Costa 3275-1
Publicada em 26/06/17
Esta cópia confere com o original